

Adoção de práticas ambientais a partir da atividade turística: a rota de turismo rural Pelotas colonial
Adoption of environmental practices from the tourism activity: the colonial Pelotas rural tourism route

Tatiana Porto de Souza

Mestranda em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas/RS, Brasil
E-mail: tatiportodesouza@gmail.com

Liciane Oliveira da Rosa

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCamb) pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas/RS, Brasil
E-mail: licianeoliveira2008@hotmail.com

Carolina da Silva Gonçalves

Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas/RS, Brasil
E-mail: carolzitasg@gmail.com

Luciara Bilhalva Corrêa

Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas/RS, Brasil
E-mail: luciarabc@gmail.com

Gisele Silva Pereira

Professora no curso de Bacharelado em Turismo da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas/RS, Brasil
E-mail: gisele_pereira@hotmail.com

Artigo recebido em: 10-05-2020

Artigo aprovado em: 07-10-2020

RESUMO

A pesquisa propõe-se a analisar a contribuição do turismo na realização de práticas ambientais pelos empreendimentos turísticos da Rota de Turismo Rural denominada Pelotas Colonial, situada no município de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter quali-quantitativo, na qual a entrevista estruturada e a observação foram os instrumentos de coleta dos dados. As entrevistas foram realizadas com dez responsáveis, dos quatorze empreendimentos, pertencentes à Rota Pelotas Colonial, abordando a gestão dos resíduos sólidos nesses estabelecimentos. Por fim percebe-se que, apesar dos entrevistados considerarem que a educação ambiental é a mais relevante contribuição do turismo, notou-se a falta de conhecimento quanto às ações ambientais e como desenvolvê-las, além de conhecimentos teóricos e normativos a respeito do meio ambiente.

Palavras-chave: Turismo Rural. Práticas Ambientais. Gestão dos Resíduos Sólidos. Pelotas. Brasil.

ABSTRACT

The research proposes to analyze the contribution of tourism in the accomplishment of environmental practices by the tourism enterprises of the Rural Tourism Route Pelotas Colonial, located in the city of Pelotas, in the State of Rio Grande do Sul/Brazil. It is a descriptive, qualitative-quantitative research, in which the structured interview and the observation were the instruments of data collection. The interviews were conducted with ten responsible of the fourteen enterprises, belonging to Pelotas Colonial Route, addressing the solid waste management in these establishments. Finally, it is noticed that, although the interviewed consider that environmental education is the most relevant contribution of tourism, it was noted the lack of knowledge about environmental actions and how to develop them, as well as theoretical and normative knowledge about the environment.

Keywords: Rural Tourism. Environmental Practices. Solid Waste Management. Pelotas. Brazil.

1. INTRODUÇÃO

O turismo no meio rural se mostra como uma alternativa de moradores da zona urbana, além de descansar da rotina dos grandes centros, desfrutar da hospitalidade e do aconchego nas propriedades, perceber o modo de vida na zona rural e seus costumes e produtos artesanais, interagindo com a população local, conhecer o seu patrimônio histórico e natural no meio rural ou até mesmo a busca por memórias e reencontrar raízes (Brasil, 2010).

Nesse sentido, a Rota de Turismo Rural Pelotas Colonial, iniciou suas atividades a partir de uma iniciativa do grupo Gassetur (Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural) e, no período da pesquisa contava com 14 empreendedores, dos setores de hospedagem, alimentação, cultura, lazer, arte e educação ambiental, a fim de diluir as dificuldades individuais, unindo esforços, e incrementando as qualidades do grupo (Pelotas Colonial, 2015). A região da Rota teve como colonizações a italiana, a francesa, a africana e a pomerana, contribuindo para a variedade gastronômica e cultural, oferecendo opções de entretenimento como trilhas ecológicas, banhos em cachoeiras, a rusticidade das construções antigas e paisagens exuberantes (Pelotas Colonial, 2015). Além disso, possui produção de uvas e pêssegos, vinhos, e produtos artesanais como doces e pães, identificação de árvores nativas e exóticas e identificação de aves (Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul/RS – SETUR/RS, 2019). A Rota encontra-se no interior do município de Pelotas, localizado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Foi escolhido como objeto deste estudo, devido a seu grande potencial de desenvolvimento para a região, por meio do turismo rural, com muitos recursos naturais, os quais podem ser fragilizados em virtude dos impactos gerados pela atividade turística.

Por esse motivo, esta pesquisa tem como objetivo geral examinar a contribuição do turismo na realização de ações ambientais pelos empreendimentos turísticos da Rota de Turismo Rural denominada Pelotas Colonial, em especial as ações relacionadas a resíduos sólidos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Turismo rural e meio ambiente

A atividade turística vem crescendo muito nas últimas décadas, e esse crescimento se deu, principalmente, pela facilidade para viajar, pelo aumento do tempo livre e da renda de amplas camadas da população, além da falta do “verde” e os impactos psicológicos da vida urbana, que incentivam as viagens de férias e de fim de semana (Ruschmann, 2012). Por esse

motivo, a preocupação crescente da sociedade pela conservação do ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais faz com que sejam cobradas às empresas, ações que reduzam os impactos gerados por elas. Além disso, a qualidade das atrações ambientais é avaliada quanto a sua originalidade e o marketing ambiental passa a ser um importante meio de promover a oferta turística dos empreendimentos. (Ruschmann, 2012).

Por outro lado, a demanda por uma regulamentação de questões ambientais fez com que o Brasil avançasse significativamente com normas referentes à Gestão de Sustentabilidade em Meios de Hospedagem e Sistemas de Gestão Ambiental, como a NBR 15401 e a NBR ISO 14001, respectivamente, e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), referente à Lei nº 12.305 (2010), na qual prioriza a não geração de resíduos e, se gerado, a sua segregação, a implantação da coleta seletiva nos municípios, para reutilização ou reciclagem, a política reversa, na qual a empresa tem responsabilidade por os resíduos de seus produtos e a extinção de lixões e construção de aterros sanitários. A PNRS (Brasil, 2010) ainda exige que estados e municípios apresentem seus planos de gestão dos resíduos sólidos para que possam firmar convênios e contratos com a União para repasse de recursos nos programas voltados para a implementação da política.

Atualmente, o turismo no espaço rural configura-se como um segmento com grande potencial, no qual as regiões do país que possuíam o maior número empreendimentos de turismo Rural em 2011, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2013) eram as regiões Sul e Sudeste, com 88,1% de empreendimentos pesquisados. Segundo o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura Andreia Roque – Ilca Brasil (2013) é uma atividade em constante crescimento e dinâmica, capaz de envolver diversos ramos da cadeia produtiva, gerando renda, que é um dos fatores dessa ascensão da atividade, além do convívio com a natureza, as tradições e os costumes rurais. Conceitua-se, então, Turismo Rural, de acordo com o Ministério de Turismo (Brasil, 2010, p. 18), como “o conjunto das atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

O estudo de Bagri e Kala (2016) também demonstram que o turismo rural possibilita o resgate cultural e social da região, a partir de seus produtos típicos e artesanato nos quais os efeitos são importantes na participação comunitária e valorização da localidade. No entanto, o crescimento da demanda pode fazer com que se modifique, muitas vezes, a paisagem do local, devido aos impactos da atividade turística e a geração de resíduos sólidos deixados na localidade. Os danos ambientais em áreas rurais, geralmente são significativos por a atividade

turística ser desenvolvidas em ambientes, por vezes, atraentes e mais frágeis (Bagri & Kala, 2016).

Por esse motivo, a adoção de práticas ambientais se faz necessária, para o desenvolvimento sustentável do turismo, principalmente em áreas rurais. Nesse sentido, por mais frágil que o meio ambiente possa ser em relação aos seus impactos, o seu uso para o turismo é indispensável para o desenvolvimento socioeconômico de certas regiões.

3. METODOLOGIA

A Rota de Turismo Pelotas Colonial foi escolhida para este estudo por ter um grande potencial de desenvolvimento turístico para a região Sul. Dentre seus produtos estão os setores de hospedagem, alimentação, cultura, lazer, arte e educação ambiental, além da presença de diversidade gastronômica e cultural, já que é uma região na qual foi colonizada por variadas etnias (Pelotas Colonial, 2015).

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois esses tipos de pesquisas “identificam as características de determinada população ou fenômeno” (Boaventura, 2011, p. 57). E também possui um caráter quali-quantitativo, as quais estão preocupadas com grupos e indivíduos específicos e não com as amostras (Acevedo, 2009), compreendendo dados estatísticos.

Neste trabalho foram realizadas entrevistas estruturadas, que conforme Acevedo (2009), os pontos de discussão são preestabelecidos antes da entrevista, com os responsáveis por dez empreendimentos, dos quatorze em funcionamento no período da pesquisa, e pertencentes à Rota Pelotas Colonial. Os representantes pelos empreendimentos, os quais responderam à pesquisa, foram os responsáveis por dez empreendimentos no total. Foi utilizado esse número de entrevistas, devido à inviabilidade de encontro com os quatro responsáveis faltantes, por motivos diversos.

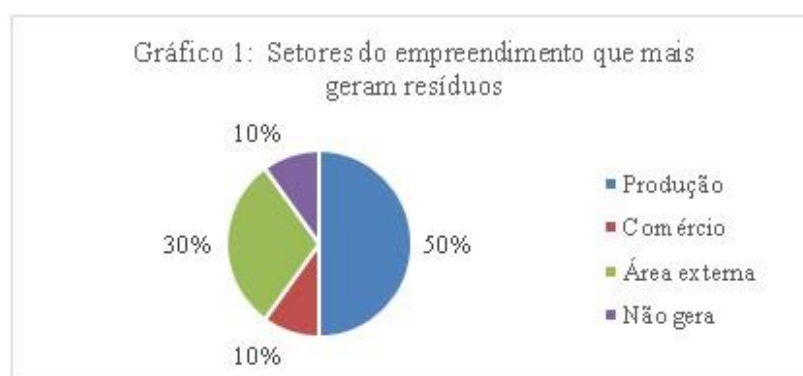
As entrevistas foram realizadas no ano de 2015, nos próprios estabelecimentos, exceto um, que optou por ser entrevistado em outro local. O instrumento de coleta de dados foi construído a partir de uma sequência de 14 questionamentos já estabelecidos no roteiro, tendo a gestão dos resíduos sólidos como tema. Cabe salientar que os pontos questionados no roteiro de entrevistas, foram elaborados baseados, em sua grande maioria, pela NBR 15401, Sistema de gestão da sustentabilidade para Meios de Hospedagem (Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT & Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE 2012). Foi realizada a observação nos locais visitados, a fim de se obter mais informações. Também, foi entregue a cada entrevistado (bem como por ele assinado) um Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido, com a explicação sobre a pesquisa e os aspectos éticos e de sigilo quanto às informações prestadas e gravadas. A interpretação e análise dos resultados se deram mediante a distribuição de frequência simples, que corresponde ao número de vezes que se repete um dado e tem por finalidade de organizar e agrupar os dados coletados (Feijoo, 2010), a qual embasou os gráficos expostos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das entrevistas estruturadas realizadas aos 10 respondentes dos 14 estabelecimentos pertencentes à Rota Pelotas Colonial, os resultados são apresentados a seguir.

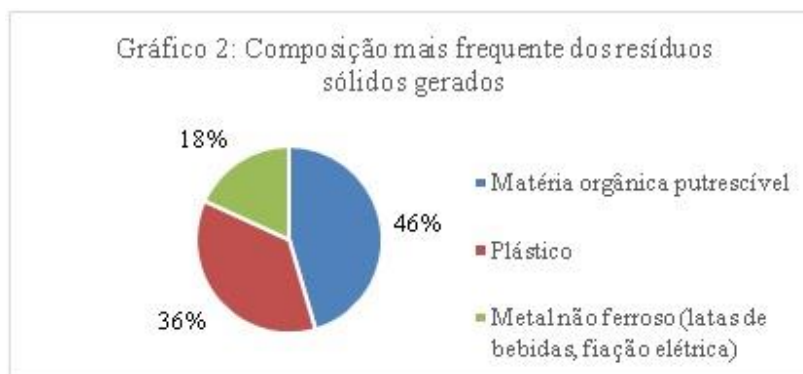
Conforme apresentado no gráfico 1, quando perguntados quais setores do empreendimento mais gerava resíduos, cinco pessoas entrevistadas (50%) responderam ser na produção, tanto de produtos coloniais, como vinhos, geleias e compotas, como de comida, na residência ou para os visitantes; três pessoas (30%) responderam gerar mais resíduos na parte externa do empreendimento; uma pessoa (10%) respondeu que o comércio de produtos coloniais gera mais resíduos e; uma pessoa (10%) respondeu não gerar resíduos.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Importante salientar a respeito de a respondente afirmar não gerar resíduos no local, visto que resíduos sólidos são inevitavelmente gerados em diversas atividades cotidianas e descartados os dejetos (Namiuchi, Bittencourt, & Becker, 2012). Ainda, segundo Namiuchi, Bittencourt e Becker (2012, p. 23), “os resíduos sólidos, pelos parâmetros da lei, são gerados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, através da fabricação e consumo de produtos e do desenvolvimento de atividades”.

Quanto à composição dos resíduos sólidos mais frequentemente gerados (gráfico 2), cinco dos entrevistados (46%) responderam ser a matéria orgânica a mais frequente, seguido do plástico, com quatro respostas (36%). O metal não ferroso foi citado por duas pessoas (18%).

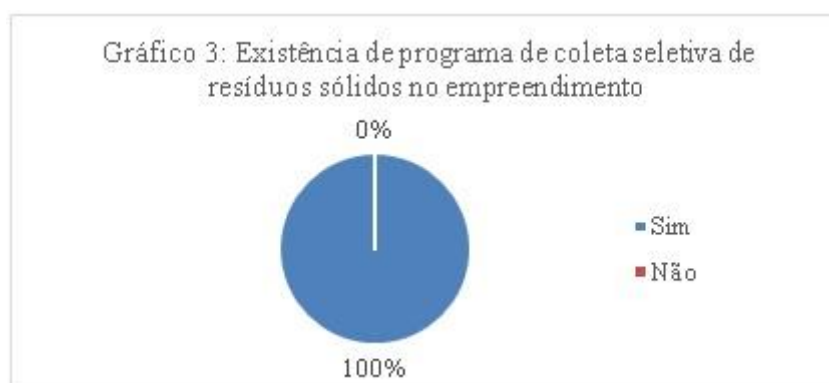


Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O responsável por um empreendimento mencionou duas composições, o plástico e metal não ferroso, pois, principalmente, nos empreendimentos que possuem *camping* para lazer ou cachoeira, os visitantes tendem a levar seus alimentos e bebidas, geralmente em embalagens plásticas e/ou latas. O vidro foi mencionado por um empreendedor, porém não era a composição mais frequente.

Nesse sentido, por se tratar de locais que recebem diversos tipos de visitantes, a composição dos resíduos torna-se bem heterogênea. Entretanto, o plástico é o resíduo reciclável mais consumido entre os empreendimentos, contrariando o resultado encontrado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2012) no qual o resíduo reciclável mais consumido no Brasil é o papel e/ou papelão.

Quanto à existência de programa de coleta seletiva no empreendimento, com unanimidade, todos os entrevistados responderam separarem os resíduos sólidos gerados, obedecendo à coleta seletiva (gráfico 3).

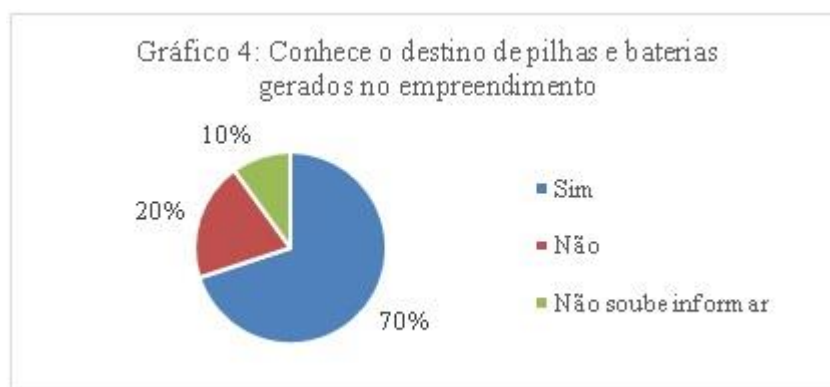


Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Conforme a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe (2018), apenas 59,1% do total dos resíduos gerados no Brasil em 2017, foram destinados adequadamente em aterros sanitários. Isso se dá, devido à falta, muitas vezes,

da etapa anterior, de segregação de acordo com sua constituição e composição, importante passo para viabilizar a reciclagem (Namiuchi, Bittencourt, & Becker, 2012), contrapondo-se a realidade apresentada nos empreendimentos da Rota Pelotas Colonial.

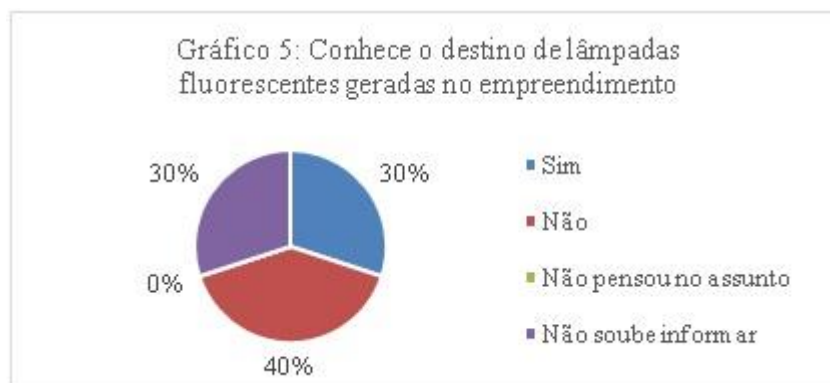
No gráfico 4, quando indagados sobre o conhecimento a respeito do destino de pilhas e baterias geradas no empreendimento, sete entrevistados (70%) responderam que conhecem o destino; dois (20%) responderam não conhecer e uma pessoa (10%) não soube informar. Dos que responderam conhecerem o destino, quando perguntados qual seria, obteve-se as seguintes respostas: separa e enterra; leva para cidade; devolve onde se compra; coloca junto com resíduo seco; leva para uma escola próxima que destina ao local correto; e são doados no Rotary Club (associação definida como um clube de serviços à comunidade local e mundial sem fins lucrativos, filantrópico e social).



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Nesse sentido, vê-se que a maioria dos informantes, não dispõe corretamente esse tipo de resíduo. De acordo com Lei n° 12.305 (2010) que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, os fabricantes, comerciantes, distribuidores ou importadores de pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, entre outros produtos considerados contaminantes ou perigosos, são obrigados a implantar o sistema de logística reversa, na qual o produto retorna após o uso do consumidor, para ser reutilizado ou reciclado, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

Quanto ao conhecimento do destino de lâmpadas fluorescentes geradas no empreendimento (gráfico 5), quatro pessoas (40%) não conhecem três (30%) não pensaram no assunto, igualmente com os que não souberam informar (30%).



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

A partir dessa questão e da anterior, comprova-se a falta de divulgação e informação a respeito da Lei nº 12.305 (2010). Essa política é um grande marco regulatório ambiental, fazendo com que a sociedade civil esteja capacitada a interagir de forma consciente nas mudanças ocorridas pela lei (Becker, Corrêa, & Corrêa, 2012). Por meio dessa política, estabeleceu-se a responsabilidade compartilhada e a logística reversa, envolvendo todos os indivíduos, desde a fonte geradora até o consumidor final, obedecendo ao ciclo de vida do produto, e destinando-o adequadamente (Brasil, 2010).

Quanto à frequência de coleta dos resíduos em via pública (gráfico 6), oito empreendedores (80%), responderam ter coleta semanalmente; uma pessoa (10%) respondeu ser trimestral e; uma pessoa (10%) respondeu não haver coleta.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

No empreendimento que não é recolhido o resíduo sólido pelo órgão competente, o responsável transporta até o município de Pelotas para ser descartado nos *containers* de coleta pública. Um empreendedor que respondeu ser recolhido semanalmente, não utiliza este serviço, transportando o resíduo, a cada 15 dias, para uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis no município de Pelotas. Diferentemente da zona urbana, que possui coleta regularmente em mais de 98% das residências, em áreas rurais do Brasil, a coleta dos resíduos

corresponde a 31,6% das residências (IPEA, 2013). Ainda, segundo o IPEA (2013), esses dados refletem as práticas de destinação dos resíduos, no qual 70% das residências rurais queimam, enterram ou dispõem em locais inadequados.

Cabe salientar, que o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2012), prevê o desenvolvimento de programas para estimular a coleta regular em áreas rurais. Isso facilitaria então o envolvimento da comunidade rural no sistema de coleta seletiva.

No gráfico 7 foi questionado também quanto à existência de abrigo de resíduos sólidos no empreendimento. A grande maioria, nove entrevistados (90%), respondeu existir tal abrigo. Apenas um entrevistado (10%) respondeu não existir abrigo próprio de resíduos sólidos.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Porém, de acordo com dados da observação realizada, duas pessoas, que responderam existir abrigo para resíduos, esses seriam tonéis ou caixas de PVC fechadas na rua. Os restantes armazenavam, em sua maioria, em garagem, lavanderia, galpão. Apenas uma pessoa respondeu existir tanques para resíduos sólidos, construídos para esse fim.

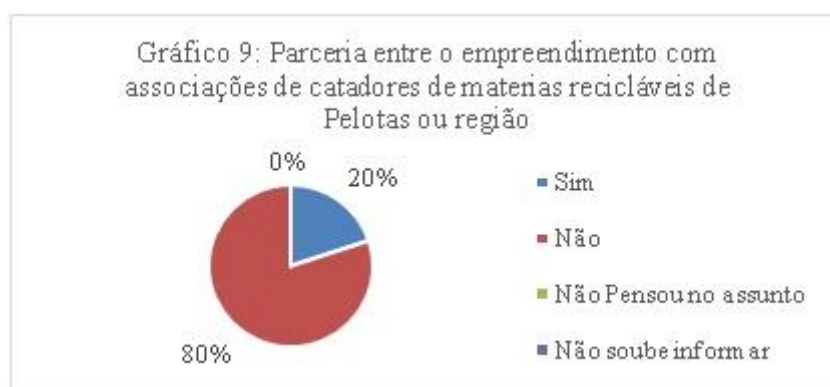
Quanto ao interesse em realizar compostagem (gráfico 8), quatro entrevistados (40%) responderam positivamente, afirmando possuir interesse; quatro (40%) já realizam e; dois (20%) não possuem interesse.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Porém, dos que mencionaram já realizar esse processo, três não o fazem da maneira correta, pois conforme dados das entrevistas realizadas, apenas despejam o resíduo orgânico diretamente no solo. Apenas um empreendimento o faz na forma adequada. Segundo Rosa, Souza, Oliveira, Corrêa e Corrêa (2019), por meio do processo de compostagem, obedecendo todos os parâmetros necessários, pode-se adquirir um composto orgânico, benéfico na melhora significativa das propriedades físicas e biológicas do solo, auxiliando no plantio de espécies.

Quando questionados sobre parcerias com associação de catadores de materiais recicláveis (gráfico 9), oito entrevistados (80%) responderam não existir uma parceria com essas associações. Dos dois responsáveis (20%) que responderam existir tal parceria, um deles apenas fornece a um catador que não está vinculado à associação de catadores.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Percebe-se um desconhecimento por parte da maioria dos entrevistados a respeito dessas associações ou cooperativas, as quais geram renda a esses trabalhadores.

Quanto a informativos sobre desperdício de papel nos sanitários (gráfico 10), todos os entrevistados responderam não haver.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Porém, por meio de observação nos locais, um empreendimento possuía o informativo o qual destacava informações a respeito do uso de folhas de papel para secar as mãos.

No gráfico 11, oito entrevistados (80%) responderam não possuir saneamento básico, sendo um (10%) possuir fossas sépticas, que “são unidades de tratamento primário nos esgotos domésticos, nas quais são feitas a separação e transformação de matéria sólida contida no esgoto” (Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, 2019, p. 3) e outros sete (70%) possuem poços negros, que não possui nenhum tipo tratamento. Uma pessoa (10%) possui saneamento básico via instalações públicas e uma pessoa (10%) possui saneamento básico via instalações próprias.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Quando perguntados qual a contribuição do turismo na implantação de ações ambientais, os empreendedores responderam a questão da educação ambiental (30%), a preservação como atrativo (20%), a possibilidade de realização de cursos e palestras em relação ao tema (10%) e, o turista levar o conhecimento ambiental até o empreendedor (10%). Por outro lado, duas pessoas (20%) mencionaram não haver contribuição da atividade turística e uma (10%) não soube informar.



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Por meio dessa questão, pode-se observar que o turismo pode ser um esclarecedor das questões ambientais, tanto por parte do empreendedor como do turista. Todos os envolvidos têm que estar conscientes, pois, se de um lado a demanda é motivada pelo contato com a natureza, e esta relação cada vez mais intensa, a natureza intacta e protegida se torna um relevante argumento comercial (Ruschmann, 2012). Outro aspecto importante, de acordo com Faé (2011), é em relação à recuperação ambiental pelo turismo, mais propriamente ao ecoturismo, raramente mencionado em outras diretrizes desse segmento.

No gráfico 13, sobre quais motivações na adoção de práticas ambientais, seis entrevistados (43%) citaram a preservação ambiental; quatro (29%) citaram a conscientização e educação ambiental; redução de custos, bem-estar de todos, limpeza e estética e hábitos familiares, foram listados por uma pessoa cada (7%). Aqui é importante salientar que um entrevistado pode ter citado mais de uma motivação.

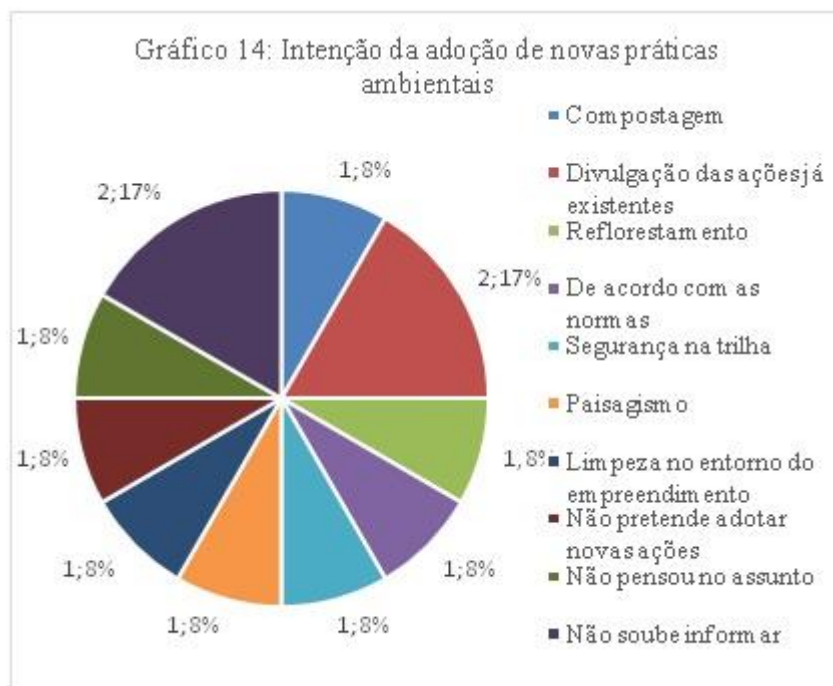


Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Nesse sentido, os empreendedores, segundo as suas respostas, em sua maioria, reconhecem a relevância da preservação e conscientização quanto ao meio ambiente na prática turística. De acordo com Silva (2007, p. 24),

Embora, ainda hoje, a atividade turística seja vista a partir do aspecto econômico, cujo lazer e as viagens são vendidos como meras mercadorias, há um movimento de pessoas que imaginam o turismo mais abrangente, com outros aspectos, como auto-realização, conhecimento e conservação. Portanto, espera-se que esses fatores sejam também prioridades para quem planeja e faz turismo.

Por fim, quanto à intenção da adoção de novas práticas ambientais, dois entrevistados (17%) citaram a divulgação das ações já existentes. Foram apresentados também a compostagem, reflorestamento, segurança na trilha, limpeza no entorno do empreendimento, paisagismo e adoção de acordo com as normas e legislação vigente, uma pessoa cada (8%). Uma pessoa não pretende adotar novas ações e duas não souberam informar (17%).



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Com base nas entrevistas e observações realizadas nos empreendimentos, nas questões relacionadas a resíduos sólidos e efluentes, notou-se primeiramente, que apesar da composição dos resíduos sólidos gerados, em sua maioria, serem orgânicos, os plásticos e latas tem alto potencial gerador. O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS, 2013) da cidade de Andradas, de Minas Gerais, evidenciou que a zona rural apresenta diversas fontes potenciais de geração de resíduos sólidos, sendo composto essencialmente por restos orgânicos. No entanto, o volume de frascos, sacos plásticos, pilhas, pneus, lâmpadas, aparelhos eletroeletrônicos, etc., tem crescido, acumulando-se ou espalhando-se ao longo das propriedades rurais.

Foi constatado o desconhecimento a respeito do descarte de resíduos como pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes. A destinação desses resíduos deve obedecer à responsabilidade compartilhada pelos resíduos entre geradores, poder público, fabricantes e importadores. Assim, para a destinação adequada desses resíduos, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Brasil, 2010) também estabelece a Logística Reversa, na qual a empresa produtora tem responsabilidade pelo resíduo gerado, reaproveitando-o em seu ciclo ou outros ciclos produtivos.

Observou-se, também, a falta de assistência por parte do poder público, na inexistência de coleta de resíduos sólidos em alguns pontos da área rural. Para Poletto e Bressiani (2013), as ações constatadas para os resíduos sólidos são a coleta e disposição em locais nos quais a população não acessa periodicamente, pois os resíduos são considerados como de baixo nível

de prioridade quanto ao seu tratamento e disposição adequada, por parte das autoridades responsáveis. Para Silva, Felix, Souza e Siqueira (2014), nesses casos os quais a zona rural não conta com assistência na coleta dos resíduos sólidos, na qual é de responsabilidade das prefeituras, as queimadas e o aterramento, são as alternativas encontradas para desfazerem-se desses resíduos, o que pode gerar inúmeros impactos adversos, como contaminação dos lençóis freáticos e a degradação do solo, além de doenças à população e efeitos à flora e fauna.

Além disso, notou-se o descarte inadequado quanto aos resíduos orgânicos, despejados no solo, sem nenhum tratamento, como se fosse compostagem. Nessa questão ficou evidenciado o desconhecimento a respeito desse procedimento, já que a compostagem é um processo que depende da temperatura adequada, PH, nutrientes e oxigênio, fatores esses que influenciam a dinâmica microbiana, ocorrendo à degradação biológica da matéria orgânica (Corrêa, Bianchi, Lucia Jr, Corrêa, Marques, & Paz, 2012).

Em relação à parceria com associações de catadores de materiais recicláveis, verificou-se não existir essas parcerias, muitas vezes por falta de conhecimento ou pela distância da área urbana. As cooperativas têm papel fundamental no gerenciamento dos resíduos sólidos atualmente. No entanto, a reciclagem no Brasil está passando por um momento de crescimento, seja pela procura por uma renda alternativa, consequência do desemprego, seja pela exaustão dos meios naturais ou pela consciência ambiental da sociedade (Moreira, 2012). Ademais, as cooperativas de reciclagem oferecem meios de amenizar as dificuldades socioambientais, além designar probabilidades melhores de qualidade de vida para pessoas em busca de ocupações de trabalho (Moreira, 2012).

Outro aspecto a ser considerado é o precário esgotamento sanitário em áreas rurais na região da Rota Pelotas Colonial. Conforme Costa e Guilhoto (2014) a falta de tratamento do esgoto sanitária acarreta diversas consequências para a sociedade, devido às condições sanitárias as quais as populações ficam vulneráveis. Além disso, fossa rudimentar, muito comum em zonas rurais, não se configura em uma forma adequada de sistema de esgoto, já que não funcionam para a prevenção na contaminação das águas superficiais e subterrâneas (Costa & Guilhoto, 2014).

Por fim, notou-se a falta de práticas de educação ambiental, com relação à informação do turista em relação ao desperdício e, também ao convívio com o meio natural. Por isso, “a sensibilização propõe transpor para a interação com a natureza o enfoque racional da prática educativa e a busca para se atingir as dimensões emotivas e espiritual da pessoa” (Geerdink & Neiman, 2010, p. 74). Por outro lado, viu-se em alguns empreendimentos, o cuidado com a

poluição e degradação de seu entorno, como cachoeiras, trilhas e campings. Percebeu-se então, principalmente, a preocupação com o fator estético e original, percebendo a preferência do visitante por locais autênticos, como explicita Ruschmann (2012), onde a originalidade das atrações ambientais e o bem-estar que elas proporcionam ao visitante são determinantes para avaliar a qualidade de uma destinação turística.

Por fim, apesar de o turismo ser relevante a adoção de ações ambientais, percebeu-se a falta de conhecimentos teóricos e normativos a respeito do meio ambiente. Na prática, as ações ambientais visam preferencialmente o bem-estar local, mas não menos importante o lucro imediato. Por outro lado, reconhecem ser importante a preservação para o futuro turístico, e denotam que a educação ambiental vem se desenvolvendo com a atividade turística.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as práticas ambientais identificadas e já desenvolvidas nos empreendimentos, percebeu-se que os empreendedores reconhecem a importância do meio natural autêntico e com mínimos impactos para a satisfação dos turistas. Além disso, pôde-se verificar, que a partir da atividade turística nos empreendimentos, práticas como preservação ambiental e educação ambiental cada vez mais têm sido desenvolvidas, visto a motivação do turista pelo contato com a natureza protegida e intacta, sendo um argumento comercial consistente.

Outro ponto observado é a falta de comprometimento na informação aos turistas quanto às ações ambientais já praticadas. Esse fato se dá, muitas vezes, pelo constrangimento de repreender o turista, já que este está pagando pelos serviços, pressupondo erroneamente, ter poder pelos recursos. Ainda, sendo o recurso abundante, não percebe ele ser finito. Apesar da consideração dada à educação para a preservação do meio ambiente, notou-se estar ainda em estado nascente. Para ela ser efetiva no turismo, deverá ser desenvolvido programas não-formais, fazendo com que o cidadão-turista tenha uma participação consciente na proteção do meio ambiente, não só nas férias, como no seu cotidiano.

Com isso, é fundamental políticas públicas que criem estratégias de forma a reduzir os impactos, tanto social como ambiental no meio rural, fomentando e orientando os negócios sustentáveis no setor turístico. Também, essas políticas auxiliariam para a conservação do meio ambiente e, por meio de articulações com associações de empreendimentos e agricultores familiares, valorizariam as ruralidades e os modos de vida rural sustentável.

Portanto, a atividade turística em empreendimentos rurais pode estimular a sustentabilidade (ambiental, econômica e social), visto que quanto mais autêntica e preservadas as paisagens turísticas, além do desenvolvimento dos costumes locais, maior será a demanda

por esses atrativos. Assim, somente por meio do engajamento dos atores envolvidos, empresas, setor público e sociedade em geral, poderão a educação ambiental fazer parte da rotina de todos, melhorando a qualidade de vida, do meio ambiente e das localidades turísticas.

REFERÊNCIAS

Acevedo, C. R. (2009). *Monografia no Curso de Administração: guia completo do conteúdo e forma*. (3a. ed.). São Paulo: Atlas.

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – Abrelpe. (2018). *Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2017*. São Paulo: Abrelpe. Recuperado em 09 fevereiro, 2019, de <http://abrelpe.org.br/download-panorama-2017/>.

Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT & Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE. (2012). *Meios de Hospedagem: Sistema de gestão da sustentabilidade – NBR*. – Rio de Janeiro: ABNT; SEBRAE. Recuperado em 01, abril, 2019, de <http://abnt.org.br/paginampe/biblioteca/files/upload/anexos/pdf/7515428786c2ed12564fc0f36afbc2a5.pdf>.

Bagri, S. C., & Kala, D. (2016). Residents' Attitudes toward Tourism Development and Impacts in Koti -Kanasar, Indroli, Pattayur Tourism Circuit of Uttarakhand State, India. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(1), 23-39.

Becker, R. V. B., Corrêa, E. K., & Corrêa, L. B. (2012). Política Nacional de Resíduos Sólidos. In Corrêa, E. K., & Corrêa, L. B. (Orgs.). *Gestão de Resíduos Sólidos*. Pelotas: UFPel.

Boaventura, E. M. (2011). *Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação, tese*. (1a. ed.). São Paulo: Atlas.

Brasil. Ministério do Turismo. (2010). *Turismo rural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado em 01 abril, 2019, de http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf.

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB. (2019). *Orientações para Instalação Domiciliar do Sistema de Fossa e Semidouro*. Gerência de Orientação e Educação Hidrossanitária: CAESB. Recuperado em 14, fevereiro, 2019, de https://www.caesb.df.gov.br/images/arquivos_pdf/fossaesumidouro3.pdf.

Corrêa, E. K., Bianchi, I., Lucia Jr, T., Corrêa, L. B., Marques, R. V., & Paz, M. F. (2012). Fundamentos da Compostagem. In Corrêa, E. K. & Corrêa, L. B. (Orgs.). *Gestão de Resíduos Sólidos*. Pelotas: UFPel.

Costa, C. C., & Guilhoto, J. J. M. (2014). Saneamento rural no Brasil: impacto da fossa séptica biodigestora. *Engenharia Sanitaria e Ambiental*, 19, 51-60.

Faé, L. V. (2011). *Educação Ambiental e Ecoturismo: um estudo a partir das vivências e sensibilização ambiental dos visitantes do Ecoparque Sperry*. Lageado. Dissertação de

Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário Univates, Lajeado, Rio Grande do Sul.

Feijoo, A. M. L. C. (2010). Distribuição de frequência. In *A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado em 28, setembro, 2020, de <http://books.scielo.org/id/yvnwq/pdf/feijoo-9788579820489-04.pdf>. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2012). *Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos*. Brasília. Recuperado em 29, setembro, 2020, de https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17247.

Geerdink, S., & Neiman, Z. (2010). A educação ambiental pelo turismo. In Neiman, Z., & Rabinovici, A. (Orgs.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri, SP: Manole.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2013). *Diagnóstico dos Resíduos Sólidos do setor Agrossilvopastoril: Resíduos Sólidos Inorgânicos*. Brasília. Recuperado em 29, setembro, 2020, de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130531_relatorio_diagnostico_residuos_agrossilvopastoril.pdf

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura Andreia Roque – IICA Brasil. (2013). *Estudo Preliminar da cadeia produtiva: Turismo Rural Brasil*. Brasília, DF. Recuperado em 14, fevereiro, 2019, de <http://www.institutobrasilrural.org.br/pdf/estudo.pdf>.

Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010. (2010). Institui a Política Nacional de Resíduos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 01 abril, 2019, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm.

Moreira, R.S. (2012). Análise Situacional de Cooperativas Sociais: O Caso da Cooperativa dos Amigos, Catadores e Recicladores de Resíduos Sólidos - Unirendas. *Revista de Administração de Roraima*, 2(2), 114-135.

Namiuchi, M. G., Bittencourt, G. A., & Becker, R. V. B. (2012). Panorama dos Resíduos Sólidos. In Corrêa, E. K., & Corrêa, L. B. (Orgs.). *Gestão de Resíduos Sólidos*. Pelotas: UFPel.

Pelotas Colonial. (2015). *Quem somos*. Recuperado em 08, agosto, 2015, de http://www.pelotascolonial.com.br/site/content/quem_somos/.

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PGIRS. (2013). Andradas/MG: Grupo Brasil Ambiental Consultoria. Recuperado em 14, fevereiro, 2019, de <http://www.andradas.mg.gov.br/downloads/BrasilAmbientalPGIRSandradas.pdf>.

Plano Nacional de Resíduos Sólidos – PNRs. (2012). Recuperado de https://sinir.gov.br/images/sinir/Arquivos_diversos_do_portal/PNRs_Revisao_Decreto_280812.pdf

Poleto, C., & Bressiani, L. (2013). *Resíduos Sólidos*. Uberaba: Editora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Rosa, L. O., Souza, T. P., Oliveira, V. F., Corrêa, L. B., & Corrêa, E. K. (2019). Valorização dos resíduos orgânicos do setor de hortifrutigranjeiro pelo processo de compostagem doméstica. *Semioses*, 13(2), 1-12.

Ruschmann, D. V. M. (2012). *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE. (2013). *Retrato do Turismo Rural no Brasil com foco nos Pequenos Negócios*. Brasília: Sebrae. Recuperado em 01, abril, 2019, de [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/\\$File/5142.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/$File/5142.pdf).

Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul – SETUR/RS. (2019). *Rota Pelotas Colonial*. (s.d). (2019) Recuperado em 14 fevereiro, 2019, de <https://www.turismo.rs.gov.br/roteiro/6/rota-pelotas-colonial>.

Silva, R. A., Felix, K. K. F., Souza, M. J. J. B., & Siqueira, E. S. (2014). A Gestão dos Resíduos Sólidos no meio rural: o estudo de um assentamento da região nordeste do Brasil. *Gestão e Sociedade*, 8(20), 593-613.

Silva, R. N. (2007). *Ações ambientais em meios de hospedagem da Região da Uva e do Vinho da Serra Gaúcha – RS*. Dissertação de Mestrado em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SOUZA, T. P., ROSA, L. O., GONÇALVES, C. S., CORRÊA, L. B., & PEREIRA, G. S. (2021). Adoção de práticas ambientais a partir da atividade turística: a rota de turismo rural Pelotas colonial. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 9(1), 64-82.

<https://doi.org/10.21680/2357-8211.2021v9n1ID20779>
